

EXAME DE ORDEM 03/2007

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

TURNO MANHÃ

QUESTÕES PRÁTICAS

Área de Opção: Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Instruções

1. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
2. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
3. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
4. Não se retire da sala antes de transcorridas **2 horas** do início da prova.
5. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
6. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.
7. Verifique se este caderno contém **5 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
8. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.

Observação: Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: _____

Assinatura: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: _____

QUESTÕES PRÁTICAS

- Questão 01.** Prolatada sentença parcialmente procedente e tendo sido comprovada a existência de grupo econômico entre as empresas **A** e **B**, foram ambas condenadas, solidariamente, a pagar ao reclamante o valor arbitrado de R\$ 5.000,00. Atentas ao disposto no art. 191 do CPC, as reclamadas recorreram no 16º dia em peças apartadas, juntaram guias de preparo recolhidas pela empresa **A** e requereram a imediata exclusão de **A** da lide. Diante desta situação, com fundamento na legislação, jurisprudência ou doutrina, responda:
- o recurso da empresa **A** deve ser conhecido? Que providência o advogado da parte recorrida deve tomar para que o recurso não seja conhecido? **(até 0,4)**
 - o recurso da empresa **B** deve ser conhecido? Que providência o advogado da parte recorrida deve tomar para que o recurso não seja conhecido? **(até 0,6)**
-
- Questão 02.** Joana, funcionária da empresa **XY** Ltda., sofreu acidente de trabalho, em consequência do qual teve sua capacidade visual reduzida. Aposentada por invalidez, passou a receber regularmente as prestações relativas ao benefício. A empresa, durante o afastamento da empregada, extinguiu a função por ela exercida e, com o conhecimento da aposentadoria, procedeu à rescisão do contrato de trabalho, tendo sido efetuada a baixa em sua CTPS. Diante deste caso, responda:
- estão corretos os procedimentos de rescisão do contrato de trabalho e de baixa na CTPS de Joana? Justifique sua resposta. **(até 0,3)**
 - se, após 5 anos, Joana recuperar a capacidade visual, sendo cancelada sua aposentadoria por invalidez, qual o procedimento a ser adotado para que ela, se o desejar, retorne ao labor junto à empresa? **(até 0,7)**
-
- Questão 03.** O TRT – 4ª Região, julgando ação de revisão de dissídio coletivo, deferiu 50 cláusulas postuladas pelo sindicato profissional suscitante. Em sede de recurso ordinário, o Presidente do TST deferiu efeito suspensivo para 28 delas. Existe amparo legal para a decisão do Presidente do Tribunal? Fundamente sua resposta. **(até 1,0)**
-
- Questão 04.** **Y** ingressou com ação trabalhista contra a empresa **X** e pleiteou, dentre outros pedidos, o pagamento de adicional de insalubridade. A empresa, em sua defesa, apresentou vários laudos técnicos relativos a perícias realizadas, considerando a mesma atividade e o mesmo local de trabalho, que concluíram pela inexistência de insalubridade. O Juiz não determinou a realização de perícia técnica e julgou improcedente o pedido de pagamento do adicional de insalubridade. Agiu ele de forma correta ao não determinar a realização da perícia técnica? Justifique e fundamente sua resposta. **(até 1,0)**
-
- Questão 05.** **A**, após ajuizar demanda contra a empresa **B** Ltda., obteve em seu favor uma sentença condenatória. A reclamada foi condenada ao pagamento de multa prevista no art. 477 da CLT, aviso prévio, diferenças de FGTS acrescidas de 40%, bem como de horas extras com reflexos em férias com 1/3, 13ºs salários e aviso prévio. A decisão, mantida pelo TRT – 4ª Região, foi objeto de recurso de revista por parte da empresa, que pretendeu a absolvição quanto a todas as verbas. Em face do despacho que deu seguimento ao recurso de revista, o reclamante requereu a formação de carta de sentença. Após o deferimento do processamento deste expediente, **A** apresentou cálculos no valor de R\$ 10.000,00. A empresa, intimada sob as penas do art. 879, § 2º, da CLT, apresentou cálculos no valor de R\$ 6.000,00 em que não estavam computados a multa prevista no art. 477 da CLT e o aviso prévio. O reclamante concordou com os cálculos, e o INSS não se manifestou no prazo deferido pela Vara do Trabalho. Foram homologados os cálculos apresentados pela empresa e expedido mandado de citação para pagamento, recebido em 15.01.2008. **B** indicou bens à penhora, e o juízo determinou o bloqueio de suas contas bancárias no valor integral da execução em 01.02.2008 (sexta-feira). Na mesma data, a empresa foi intimada sobre a ocorrência do bloqueio e da transferência destes valores para conta judicial. Considerando que os dias 4 e 5 de fevereiro de 2008 foram feriados, responda:
- de que expediente processual a executada pode se valer para atacar a decisão que determinou o bloqueio de suas contas bancárias? **(até 0,4)**
 - qual o fundamento legal e jurisprudencial aplicável para sua apresentação? **(até 0,4)**
 - qual o prazo e qual a data final para sua apresentação? **(até 0,2)**

Observação: Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 03/2007, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.